

"Eu aposto. Josaphat vai ganhar na Bahia"

Afirmção é do ministro Antônio Carlos Magalhães, que desconfia das 'pesquisas sob encomenda'

Ele não é candidato a nada. Mas o fato é que para dissabor de muita gente o ministro Antônio Carlos Magalhães, das Comunicações, continua sendo o divisor de águas da política baiana. O ex-ministro Waldir Pires apresenta-se como candidato para derrotar a "oligarquia" e promover a implantação da Nova República na Bahia, destronando o grupo "carlista" do poder.

Dizem mesmo que essa situação tem interferido no humor do jurista Josaphat Marinho, candidato da coligação PDS/PFL/PTB, pouco afeito ao papel de coadjuvante ou de "instrumento" de Antônio Carlos, como gostam de qualificar seus adversários. O ministro Antônio Carlos repele a "intriga", mas não perde a oportunidade para gabar-se de ser ainda "a maior liderança individual da Bahia".

Em meio a acirrada disputa — após ter sido deputado, prefeito, governador por duas vezes — Antônio Carlos parece muito à vontade ao conversar sobre as próximas eleições. Nem as recentes pesquisas que indicam amplo favoritismo de Waldir Pires parecem preocupá-lo. Ele contra-ataca, insinuando que as pesquisas do Ibope foram feitas "sob encomenda", mas que os números, dentro em breve, vão começar a refletir a verdadeira correlação de forças, que no interior continuaria desproporcionalmente favorável ao seu candidato. No final das contas, o ministro das Comunicações espera razoável vitória. Não diz por quanto, mas aposta nisso sem hesitação.

Podê ser que desta vez ele esteja realmente blefando. Mas não dá para desconsiderar sua previsão. Em outubro de 82, com a morte repentina de Clériss-

ton Andrade, Antônio Carlos apresentou o inexpressivo João Durval e garantiu, publicamente, que ele sairia vitorioso por uma margem de 500 mil votos sobre Roberto Santos. Eu mesmo, enviado pela IstoÉ, duvidei do prognóstico. Achei-o exagerado, fruto dessa presunção própria dos caciques. E disse-lhe o que pensava. Ele reagiu com irritação: "Você tem alguma dúvida de que, se quisesse, faria você, Armando Rollemberg, governador da Bahia?" Eu tinha dúvidas, é claro. Ele quis apostar uma caixa de uísque. Reclamei minha condição de assalariado para fugir a compromisso tão caro. Ele me deu uma vantagem de 500 mil votos e prometeu-me uma caixa de scotch, caso eu ganhasse. Se eu perdesse teria de pagar-lhe apenas uma garrafa. Não tive saída, senão aceitar. E assim foi que o ministro Antônio Carlos terminou bebendo um Johnny Walker às minhas custas.

Nessa entrevista exclusiva, além de refazer a aposta em seu candidato, o ministro fala no fim do atual quadro partidário, defende a criação de um esquema próprio de apoio ao presidente Sarney durante a Constituinte, aborda rapidamente as divergências que vem tendo com o ministro Renato Archer em relação à política de informática e confirma seu caráter conservador, ao sustentar a manutenção da atual política de comunicações, reagindo com pedras à idéia de se promover a democratização do setor. Para ele, essa tese de democratização cheira a "anarquia".

Entrevista a
ARMANDO S. ROLLEMBERG

nega, mas ele queria ser senador, comigo ao seu lado, e o Josaphat governador.

Isso quando? Isso logo quando ele assumiu o Ministério da Previdência.

Houve alguma conversa específica sobre esse assunto?

Conversamos muito sobre política. Ele no início queria o meu apoio. Mas o Dr. Roberto Santos foi contra e ameaçou provocar uma racha no PMDB. Criou-se então, um clima que para mim não interessava.

Mas o Dr. Josaphat Marinho às vezes dá a impressão de não gostar muito de ser considerado como o seu candidato, nem tampouco se sente à vontade quando alguém lembra que é candidato pelo PDS...

Essa é uma intriga que você quer fazer, e que é inteiramente desnecessária. Eu e Josaphat somos amigos. Mas ele é um homem de personalidade. O candidato é ele. Eu apenas o estou apoiando, sem ter-lhe pedido nada. E ele não me deve nada. Isso é intriga baiana, que se transportou

"O malufismo se entranhou no PMDB. Na Bahia, os arautos de Maluf estão lá."

para o Planalto e que você está veiculando.

Mas o fato é que o senhor não tem mais aquela hegemonia que desfrutou em outras épocas. Na própria chapa encabeçada pelo Dr. Josaphat, alguns não se afinam com o senhor, não é verdade?

Isso é tudo poesia sua. Eu não tenho a hegemonia da candidatura Josaphat, nem desejei tê-la. Quero apenas ajudar a eleger o melhor governador para a Bahia. A essa altura de minha vida, tendo exercido todos os postos, e sendo individualmente a maior liderança baiana, não posso querer nesse homem. Por isso eu até gosto quando eles assistam suas baterias contra mim, porque enquanto isso meu candidato continua incólume. Quando for possível Josaphat, estaremos em busca do melhor. Vou contar uma surpresa para você. O Waldir

isso que eu sou forte na Bahia. Por isso, e porque meus adversários são os meus melhores aliados.

No entanto, seus adversários, no plano estadual, são seus aliados no plano nacional. Waldir Pires, Roberto Santos e Antonio Carlos integram a Aliança Democrática no plano nacional. Como se dá essa relação na prática?

Eu volto a lembrar um aspecto. O ministro Carlos Sant'Anna foi ministro de Tancredo. Mas foi eu o primeiro ministro escolhido por Tancredo, no dia 12 de agosto de 1984. O Waldir Pires, não. Foi imposto por Ulysses. É diferente. Ele não foi ministro de Tancredo. Foi ministro de Ulysses. No governo Sarney ele continuou porque continuou todo o ministério. De modo que essa diferenciação eu tenho que fazer.

Quanto às nossas divergências, é preciso saber que a Aliança Democrática funciona em torno do presidente Sarney.

Em vários locais, na grandemajoria do Brasil, ela não funciona na região, não se aplica à localidade propriamente dita. Essa é uma realidade que ninguém pode ignorar. A Aliança Democrática não existe em Pernambuco, em Alagoas, em Sergipe, e em diversos outros pontos do País.

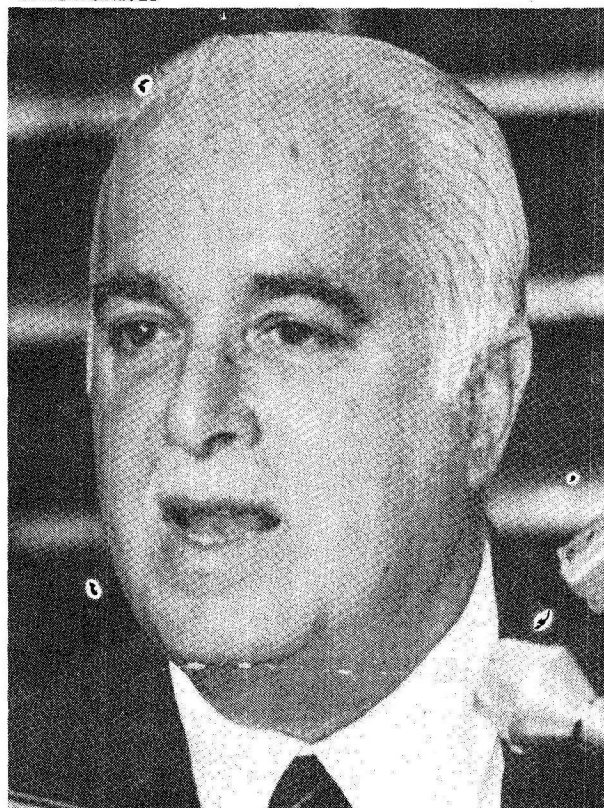
O Dr. Waldir Pires alinha como uma de suas vantagens, nesse momento, o fato do Sr. não poder mais utilizar-se da máquina federal como fazia em campanhas anteriores, e faz questão de elogiar a mentalidade do presidente Sarney em relação à disputa...

Nunca ninguém usou a máquina federal. Só agora o Sr. Waldir Pires usou a máquina federal, não só contratando uma agência de publicidade que era a mesma do ministério, sem concorrência, contratos que ainda estão vigindo no ministério. Um absurdo.

Quem sabe quem pagou essa publicidade? Moralmente, eticamente, isso não está correto. Mas não foi só isso. O Sr. Waldir Pires demitiu e perseguiu, no Funrural, várias pessoas, a ponto do presidente Sarney interferir mandando reconduzi-las pelo ministro Raphael de Almeida Magalhães. A perseguição que existe na Bahia foi feita por ele, apesar daquela cara de beato.

Deixando a Bahia um pouco de lado o Sr. também

GILBERTO ALVES



Para Antonio Carlos, os oligarcas estão no PMDB

acha que o PMDB está minado nos principais Estados...

O malufismo se entranhou no PMDB. Na Bahia, os arautos de Maluf viraram peemedebistas. O Prisco Viana, o Luiz Viana. Em Alagoas, o candidato do PMDB é o Fernando Collor. Em Pernambuco, entrou o Antônio Farias. No PFL também ocorreu algo parecido, especialmente em São Paulo. Esse é o motivo por que eu não acredito na permanência desse quadro partidário.

O Sr. acha que a próxima eleição presidencial se irá travar tendo como fundo entre quadro partidário?

Acredito que sim. Acho que o presidente Sarney vai se sentir obrigado, pelos seus deveres, a ter núcleos nos partidos. Ou então vai precisar ter um núcleo partidário que siga a sua linha, que é aquela que mais interessa ao Brasil. Sem radicalismo de esquerda ou de direita, mas sempre com grande amplitude no campo social. O presidente Sarney deve continuar olhando esse povão brasileiro, que ainda está necessitando de governos que lhe deem grande apoio.

Ou seja, o Sr. está certo de que o presidente Sarney, em determinado momento, vai precisar formar o seu próprio partido. Eu diria, o seu esquema de apoio.

Vai chegar um instante em que aqueles que se dizem líderes deverão entrar no Planalto e dizer "Presidente, eu tenho aqui tantos deputados federais que seguirão sua orientação". Vamos ver quantos políticos, depois das eleições, poderão dizer isso a você, à imprensa, a todo o povo brasileiro e em particular ao presidente Sarney. Ele vai precisar saber com quem conta ou não na Constituinte.

O Plano Cruzado tem enfrentado crescentes dificuldades. Já não há tanta confiança como logo no início...

Olhe, eu não fui ouvido na adoção do Plano Cruzado. Solidário desde a primeira hora, acho que sua grande virtude foi ter favorecido o reencontro do povo brasileiro com o seu principal dirigente, o presidente Sarney, com a coragem de decretar o Plano Cruzado, ganhou a confiança da Nação. Há muito tempo isso não existia. O último governo,

sobretudo, que vocês chamam de militar mas que eu nem sempre concordo perdeu muita credibilidade. De modo que o presidente Sarney, com a sua postura, com a sua coragem, recuperou a confiança da Nação alcançando índices de popularidade que ninguém nunca obteve. Por isso, embora reconheça que o Plano Cruzado está enfrentando algumas dificuldades, tenho certeza que tudo vai dar certo. Qual seria a maior dificuldade? Digamos, que fosse a inflação chegar a 20 por cento ao ano. O que é melhor, uma inflação de 20 por cento ou uma inflação de 240 por cento, que foi a que o gover-

"Eu concordo que a informática seja intocável para que possa criar bases"

no Sarney encontrou? Evidentemente, que o plano cruzado já deu resultados altamente positivos. Um problema aqui e ali, isso sempre vai existir.

Ministro, no Rio de Janeiro está sendo realizada a Feira Mundial de Informática. O senhor tem sido pivô de uma polémica com aqueles que defendem a reserva de mercado no campo da informática. São públicas suas divergências com o ministro Renato Archer e com a SEI em relação à política de informática praticada pelo País. Em que pé está essa discussão?

Olha, o País tem uma lei de informática. O Presidente inclusive, já declarou várias vezes que essa lei é intocável. E eu concordo com o Presidente que a lei seja intocável, embora ache que todas as leis podem ser mudadas se assim o País necessitar. Mas, no caso específico, eu acho que a lei deve ser intocável durante algum tempo, até porque ela permite flexibilidade suficiente para que o Brasil possa manter as suas bases nacionais, sobretudo com a reserva de mercado — o que, aliás, nós do Ministério das Comunicações fazemos até mesmo antes da lei de in-

formática. Somos nacionalistas de fato e de direito. Graças a nós as empresas de telecomunicações estão se nacionalizando gradativamente. Hoje existe um grande número de empresas do setor genuinamente nacionais. De modo que a nossa posição é extremamente cômoda, o que não quer dizer que não tenhamos divergências em relação à SEI. Da mesma forma que o Comin, como diz a lei, deve estar vinculado à Presidência da República e não ao Ministério da Ciência e Tecnologia. Se algum decreto diz o contrário, evidentemente que um decreto não pode contrariar a lei.

Nesse momento, a política brasileira de informática está sendo objeto de negociação como parte da preparação de viagem que em breve o Presidente fará aos Estados Unidos... Setores bem informados dizem que algumas dessas modificações, especialmente no que diz respeito ao soft, teriam por finalidade favorecer a participação de empresas estrangeiras em nosso mercado. O que há de concreto nisso?

Eu não sei o que vem aí. A política que nós adotaremos será a traçada pelo Presidente da República. Não sei dos resultados da conferência de Paris. Mas acredito que teremos uma reunião no próximo dia 26. Aliás, acho que essa reunião já vem tarde. Há quase um ano que o Conin não se reúne...

O Senhor vai levar alguma proposta específica à próxima reunião do Conin?

Não. Eu tenho idéias que serão debatidas. Mas sempre há de prevalecer uma posição de serenidade, que é a do Presidente da República. Não custa nada esperar o Conin, ou uma orientação do Presidente em relação à política de informática.

Durante a Constituinte, o Sr. provavelmente estará à frente do Ministério das Comunicações. Necessariamente, portanto, será envolvido na discussão em torno da necessidade de se democratizar o controle e o acesso aos meios de comunicação de massa no Brasil. A Fenaj — Federação Nacional dos Jornalistas e diversas entidades por exemplo, pretendem retirar do Presidente da República a atribuição de conceder canais de emissoras de rádio e televisão, passando-a para o âmbito de um Conselho Nacional de Comunicação, integrado por representantes da sociedade civil. Como o ministro das Comunicações encara essas propostas?

Primeiro, é preciso saber o que de fato será apresentado na Constituinte, para então opinar com segurança. O que eu posso dizer, é que o Ministério das Comunicações, pelo menos desde o início da Nova República, tem atuado com equilíbrio e com uma injeção muito grande em relação às rádios e televisões. Hoje, no Brasil existem televisões da melhor categoria que não podem ser penalizadas por serem boas. Quando outros países, como a França estão dando o exemplo privatizando sua televisão, quando a Itália começa também a abrir caminho para a privatização da sua televisão, é mui-

to triste ver um país como o nosso, que está se adiando a passos largos no setor de comunicações, querer mudar essa política porque surgiu a vontade de querer mudar. Acho que nós deveríamos estar muito mais conscientes e prestigiar os meios de comunicação que estão oferecendo um bom trabalho. A televisão brasileira hoje é muito considerada em toda a parte do mundo...

Mas não se nega a qualidade da televisão brasileira. O que se quer é a sua democratização...

Olhe. Hoje, nós temos inclusive a facilidade de conceder canais a fundações e já o fizemos. Estamos desenvolvendo um programa de TV educativa, via satélite, que é alguma coisa de notável. Estamos nos adiantando muito nisso. Veja o caso da Amazônia, que nunca teve comunicações, e que com o satélite terá agora fácil acesso à televisão. De modo que nós poderemos chegar a excelentes pontos comuns, sem chegarmos a uma quebra de estrutura. Claro, aquilo que vocês apresentarem de bom, no sentido de democratizar, será bem recebido. Mas nós não vamos concordar com a anarquia nos meios de comunicação. Mas como a anarquia vocês também não querem, eu estou certo de que vamos chegar a um entendimento. Por que não?

Esse acordo pelo visto, será difícil. A Fenaj vai defender a possibilidade da criação das chamadas rádios Livres, como vai se preocupar em facilitar o acesso aos canais UHF. O que pensa o ministério das Comunicações sobre esses dois pontos? O Sr. está disposto a discutir uma abertura desse nível?

Claro que estamos dispostos. Inclusive, já fizemos concorrência de UHF. Ainda há pouco, a Editora Abril, em São Paulo, ganhou um canal em UHF. Estamos dispostos a multiplicar quanto for necessário os canais em UHF, que ampliam consideravelmente as possibilidades da televisão. Isso não será óbice, jamais, para o entendimento com os constituintes. Será muito fácil, na medida em que todos tenham o interesse de não prejudicar a qualidade dos meios de comunicação. A televisão educativa deve servir para a educação e não para a deseducação. O rádio e a televisão são instrumentos maravilhosos para o ensino. Mas na medida em que você não os utiliza bem passam a ser prejudiciais para aqueles que ainda não podem assimilar, com um certo grau de educação, essas mensagens que lhes são transmitidas.

Isso quer dizer que o ministério das Comunicações não admite discutir as Rádios Livres?

Exatamente. Inteiramente. Não permitiremos a existência de rádios "piratas". Estaremos sempre atentos a elas. Achamos que essas rádios "piratas" são altamente nocivas ao País. Na medida em que o País queira cair num regime anárquico, nada melhor do que a proliferação, sem controle, do rádio e da televisão. Isso é pirataria. E pirataria só produz anarquia.

